



DESTAQUE **CRISE E AUSTERIDADE**

Conselho de Ministros extraordinário analisa redução de escalões do IRS

Maioria dos países europeus analisados tem um número reduzido de escalões de IRS. Só Espanha se aproxima de Portugal com sete escalões.

Paula Cravina de Sousa
paula.cravina@economico.pt

O Governo vai avançar com uma reforma do sistema fiscal, que vai implicar a redução do número de escalões no IRS e um aumento de impostos para os contribuintes em sede de IRS. Este será um dos temas que estará em discussão no Conselho de Ministros extraordinário de hoje que visa preparar o Orçamento do Estado para 2013. No entanto, os especialistas consultados pelo Diário Económico afirmam que é necessário ter cautela com o esforço que é pedido aos contribuintes e que é preciso ser mais justo na distribuição do mesmo.

A mexida nos escalões de IRS já tinha sido anunciada pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar, na conferência da quinta avaliação do programa de ajustamento financeiro de Portugal. A solução vai implicar um "aumento das taxas médias efectivas de tributação, aproximando a capacidade de arrecadação e distribuição dos padrões que estão vigentes na Europa", reconheceu na altura o responsável. Em causa está a necessidade de compensar o corte de despesa de dois mil milhões de euros inviabilizado pelo chumbo do Tribunal Constitucional ao corte dos subsídios de férias e de Natal da Função Pública e reformados, mas também o aumento de receita para atingir um défice de 4,5%, em 2013. (ver pág. 6)

Nos países europeus analisados, a maioria tem um número inferior de escalões, excepção feita a Espanha que só tem menos um (ver infografia). De acordo com os dados da PLMJ, o Reino Unido tem apenas três escalões, com taxas que variam entre os 20% e os 50%. Já França e Alemanha têm cinco escalões, cujas taxas máximas são de 41% e 45%, respectivamente. Em Portugal, a opção deverá ser a de encontrar quatro ou cinco escalões.

Para Nuno Cunha Barnabé, o novo pacote de austeridade anunciado pelo primeiro-ministro esta semana "parece incidir mais na tributação efectiva dos agregados de IRS". O especialista adiantou que é necessário ter em conta "os limites constitucionais,

uma vez que o imposto deve ser progressivo e atender à situação pessoal dos agregados". "E eliminar escalões é diminuir a progressividade do imposto", rematou.

Carlos Loureiro, 'tax partner' da Deloitte, considera que o agravamento da tributação "não deve recair apenas sobre o trabalho dependente", e adverte que "não podem ser tomadas medidas desgarradas". E exemplificou: a criação de mais uma taxa em sede de imposto de selo para casas de valor patrimonial superior a um milhão "não vai dar uma receita significativa".

Já o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, afirma que "as medidas têm de ser explicadas, porque aparecem demasiado embrulhadas e imperceptíveis para os cidadãos". "Tem de se dizer aos portugueses que houve uma derrapagem no défice e que temos de ter mais impostos", explicou. No entanto, Domingues de Azevedo alertou que "a corda já está demasiado esticada para que os cidadãos possam ter uma vida com dignidade".

O ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira, sugere que "as mexidas nos escalões de IRS sejam aproveitadas para alterar os benefícios fiscais", no sentido de os eliminar. Por outro lado, os rendimentos que estão actualmente sujeitos a taxas liberatórias e especiais, como as mais-valias, dividendos e juros, por exemplo, "deveriam passar a ser englobados". Desta forma, simplificava-se o sistema e aumentava-se a carga fiscal deste tipo de rendimento. O fiscalista deixou ainda outra sugestão: "Os benefícios em sede de imposto sobre as Transmissões Onerosas sobre Imóveis (IMI) devam ser revistos, mas com o objectivo de baixar as taxas".

Mas apesar das sugestões do lado da receita, Fernandes Ferreira lembra que "a solução para o défice deveria vir dos dois lados: da receita e da despesa". O mesmo aviso foi feito pelo presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins: "É necessário garantir a equidade" e "nunca se deve exigir só ao contribuinte e fazendo cortes cegos na despesa social". ■

CES

Austeridade atingiu mais trabalhadores e pensionistas

O impacto do esforço de redução do défice no ano passado recaiu principalmente sobre trabalhadores e pensionistas, lê-se num projecto de parecer do Conselho Económico e Social (CES) sobre a Conta Geral do Estado de 2011. O projecto de parecer, redigido pelo economista João Ferreira do Amaral, aponta para um "impacto negativo da política orçamental no rendimento disponível de cerca de 2.600 milhões de euros". Este impacto teve ainda repercussões negativas "sobre a produtividade das empresas". No parecer, o CES reconhece que o endividamento crescente da economia em 2011 obrigava a medidas para conter o défice. No entanto, o parecer recorda que o CES "alertou em devido tempo para o perigo" de os objectivos e prazos da redução do défice serem "demasiado ambiciosos e desajustados". A proposta de parecer será votada hoje em plenário do CES.

IRS COMPARAÇÃO DE ESCALÕES

PORTUGAL

Pedro Passos Coelho
Primeiro-ministro

Rendimento colectável (em euros)	Taxa marginal
Até 4.898	11,5%
De 4.898 a 7.410	14,0%
De 7.410 a 18.375	24,5%
De 18.375 a 42.259	35,5%
De 42.259 a 61.244	38,0%
De 61.244 a 66.045	41,5%
De 66.045 a 153.300	43,5%
Mais de 153.300	46,5%

ESPAÑA

Mariano Rajoy
Primeiro-ministro

Rendimento colectável (em euros)	Taxa marginal
Até 17.707	24,75%
De 17.707 a 33.007	30,0%
De 33.007 a 53.407	40,0%
De 53.407 a 120.000	47,0%
De 120.000 a 175.000	49,0%
De 175.000 a 300.000	51,0%
Mais de 300.000	52,0%

FRANÇA

François Hollande
Presidente

Rendimento colectável (em euros)	Taxa marginal
Até 5.963	0%
De 5.963 a 11.896	5,5%
De 11.896 a 26.420	14,0%
De 26.420 a 70.830	30,0%
Mais de 70.830	41,0%

ALEMANHA

Angela Merkel
Chanceler

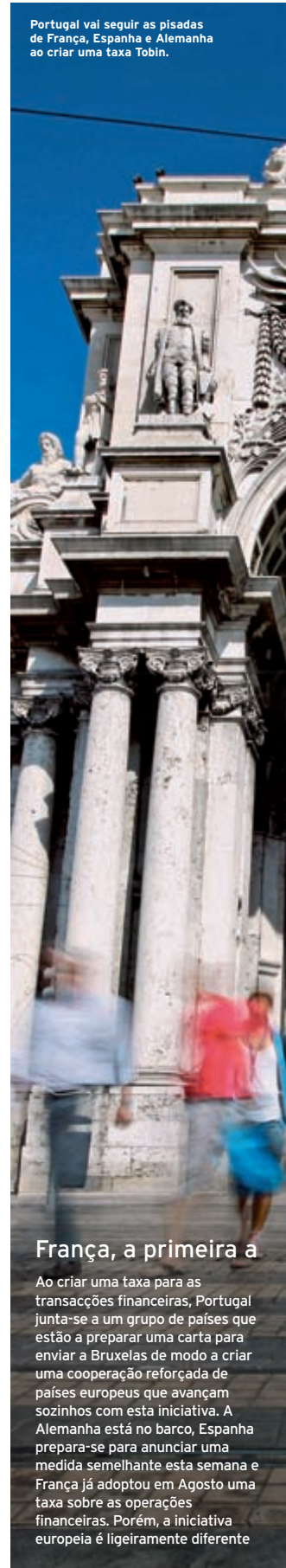
Rendimento colectável (em euros)	Taxa marginal
Até 8.004	0%
De 8.005 a 13.469	14,0% - 23,97%
De 13.470 a 52.881	23,97% - 42,0%
De 52.882 a 250.730	42,0%
Mais de 250.731	45,0%

REINO UNIDO

David Cameron
Primeiro-ministro

Rendimento colectável (em libras)	Taxa marginal
Até 34.370	20,0%
De 34.371 a 150.000	40,0%
Mais de 150.000	50,0%

Fonte: PLMJ, Ministério das Finanças



Portugal vai seguir as pisadas de França, Espanha e Alemanha ao criar uma taxa Tobin.

França, a primeira a

Ao criar uma taxa para as transacções financeiras, Portugal junta-se a um grupo de países que estão a preparar uma carta para enviar a Bruxelas de modo a criar uma cooperação reforçada de países europeus que avançam sozinhos com esta iniciativa. A Alemanha está no barco, Espanha prepara-se para anunciar uma medida semelhante esta semana e França já adoptou em Agosto uma taxa sobre as operações financeiras. Porém, a iniciativa europeia é ligeiramente diferente



PONTOS-CHAVE

▶ Praticamente todo o mercado de capitais português está contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, que está a ser preparado pelo Governo, tal como noticiado ontem pelo Diário Económico.

▶ Austeridade para 2013 vai além da discussão sobre a solução encontrada pelo Governo para resolver o problema criado pelo chumbo do TC ao corte dos subsídios de férias e Natal da Função Pública e pensionistas.

▶ Polícias anunciaram que se vão juntar à manifestação convocada pela CGTP para 29 de Setembro. Hoje serão os militares a decidir se também se juntam ao protesto contra os cortes que irão sofrer no OE/13.

Jose Manuel Ribeiro/Reuters



Bolsa, banca, cotadas e investidores contra taxa Tobin em Portugal

Perda de liquidez e fuga de investidores são os riscos mais apontados pelo sector.

Tiago Freire
tiago.freire@economico.pt

Praticamente todo o mercado de capitais português está contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, que está a ser preparado pelo Governo, tal como noticiado ontem pelo Diário Económico. A própria bolsa nacional, as empresas cotadas, o sector financeiro e os investidores defendem que o objectivo do Executivo não será cumprido e temem que a medida possa vir a tornar ainda menos atractivo o mercado nacional e arrastar ainda mais a situação económica do país.

“Muitas vezes existe uma certa demagogia e cria-se uma ilusão de que a taxa sobre transacções financeiras vai conseguir onerar um conjunto de intervenientes que estão associados ao lado de quem tem mais possibilidades para pagar e a um lado menos positivo”, afirma ao Diário Económico o presidente da bolsa portuguesa, acrescentando que “isso é um erro” do seu ponto de vista. Para Luís Laginha de Sousa, presidente da NYSE Euronext Lisbon, “há o risco de se criar uma taxa sobre algo que vai deixar de existir”, já que “existe hoje um conjunto de facilidades de movimentação das transacções, o que pode fazer com que haja um risco de transferência dessas transacções para outras geografias”.

Na última reunião da Concertação Social, na qual se discutiram alternativas à mexida na Taxa Social Única, a proposta relativa à criação de um imposto sobre as transacções financeiras veio da CGTP, tendo o Governo demonstrado abertura para o introduzir. A central sindical defende uma taxa de 0,25% sobre todas as transacções de valores mobiliários, sendo que o Governo de Passos Coelho ainda não forneceu qualquer pormenor, tanto em termos de taxa como de universo a tributar.

Abel Ferreira, CEO da AEM - associação que agrupa boa parte das grandes empresas nacionais, nomeadamente todas as cotadas - é também claro na sua avaliação. “Estamos todos conscientes de que é preciso fazer sacrifícios, mas não é adequado fazer sacrifícios que não atingirão os objectivos pretendidos e que, em última análise, vão trazer ainda

maiores sacrifícios ao país e à economia”, defende. Aquando da discussão da Taxa Tobin, a nível europeu, um relatório pedido pela própria Comissão Europeia “mostrou que, mesmo no cenário mais optimista, esta medida provocaria uma descida do PIB europeu, que não seria compensada pela arrecadação de imposto”. Ora, defendem as cotadas, se são contra esta medida a nível europeu, pior será se Portugal o fizer de forma isolada, aumentando ainda mais o risco de fuga

do mercado português. “Seria praticamente um incentivo para que os investidores saiam do mercado português, o que é particularmente perigoso quando sabemos que o mercado de capitais tem de ser cada vez mais uma alternativa ao financiamento bancário”, afirma o responsável. “Seria quase uma ferida fatal, limitar ainda mais as condições de financiamento das cotadas, com um efeito directo no decréscimo da actividade económica”, defende Abel Ferreira.

Já a banca não se alonga em comentários, mas percebe-se o mal-estar. “A APB desconhece essa intenção”, afirmou fonte oficial da associação, acrescentando que “apenas não pode deixar de referir que a rentabilidade dos bancos está sob forte pressão”.



Luís Laginha de Sousa, que lidera a bolsa portuguesa, teme que se queira taxar “algo que vai deixar de existir”, devido à fuga de investidores do nosso mercado para outros destinos.



A APB, liderada por Faria de Oliveira, afirma desconhecer a medida, mas faz questão de “referir que a rentabilidade dos bancos está sob forte pressão”.



Abel Ferreira, CEO da associação das cotadas, afirma que a introdução da taxa “seria quase uma ferida fatal”, afastando os investidores e dificultando o financiamento das empresas.



Octávio Viana, da associação de investidores ATM, defende que a medida é “uma medida populista que não está assente num racional financeiro”.

No que toca aos investidores, a associação ATM não destoa das restantes reacções. Segundo Octávio Viana, presidente da associação, esta é uma “medida populista, assente em conceitos ideológicos e não num racional financeiro”. “É muito fácil deslocar investimento lá para fora, isso já acontece e vai acontecer ainda mais, e isto num mercado que já é pouco atractivo”, alerta. Segundo Octávio Viana, muitas operações no mercado nacional “são negociação por algoritmos, que apostam na arbitragem entre valores com pequeníssimas diferenças, e toda essa liquidez vai desaparecer, porque deixa de ser financeiramente interessante fazê-lo”. Por outro lado, prossegue, a queda muito significativa dos negócios iria, isso sim, provocar uma descida da receita fiscal, ao contrário do pretendido. O presidente da associação de investidores deixa ainda uma sugestão, de que o Governo solicitasse um estudo sobre o impacto desta medida à CMVM, “a entidade que mais percebe desta matéria”.

Do lado dos fiscalistas ouvidos pelo Diário Económico, as opiniões são mais moderadas e, sobretudo, de alguma prudência. Carlos Loureiro explica que, sendo Portugal “um país aberto será difícil tomar estas medidas isoladamente, uma vez que a solução ainda está a ser discutida a nível europeu”. Também Nuno Cunha Barnabé considera que, para resultar, a medida deverá ser tomada de forma alargada na Europa. Além disso, é necessário perceber sobre quem vai recair a taxa, se sobre os investidores se sobre os intermediários. ■

impor taxa sobre transacções financeiras

da nova legislação francesa. Paris implementou uma taxa de 0,2% sobre acções e obrigações mas que não cobre todo o grupo de produtos derivados que figurava na proposta da Comissão Europeia. A iniciativa de Durão Barroso incluía uma taxa de 0,1% sobre as acções e obrigações, e outra de 0,01% sobre os produtos derivados. Estes níveis seriam mínimos, pelo que a legislação francesa, menos ambiciosa no âmbito mas mais forte na taxa, estaria integrada. A iniciativa

lançada há mais de um ano pela Comissão não mereceu o consenso a 27, por oposição dos britânicos (apesar destes terem um imposto de selo algo semelhante a esta taxa), e também não colheu unanimidade entre a zona euro, por oposição dos irlandeses, entre outros com reservas. Para que este caminho de cooperação reforçada possa ser integrado no âmbito comunitário, como Schengen e a moeda única foram no passado, terá de reunir pelo menos nove Estados-membro. L.R



Paulo Alexandre Coelho

ID: 43931512

26-09-2012

O ESFORÇO DE 2013 EM VALORES INDICATIVOS

1700 milhões

Substituição das medidas extraordinárias deste ano

1700 milhões

Medidas para compensar o agravamento da recessão

800 milhões

Redução do défice entre os 5% deste ano e os 4,5% de 2013

500 milhões

Encaixe previsto com a subida da TSU para os trabalhadores

O ministro das Finanças, na conferência de imprensa da quinta avaliação da 'troika' disse que as medidas para reduzir o défice para 4,5%, em 2013, equivalem a 4,9 mil milhões.



Austeridade para 2013 vai além das medidas para substituir a TSU

Os erros de previsões do ministro das Finanças levam os economistas a antecipar mais austeridade.

Marta Moitinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

Desde que o primeiro-ministro, Passos Coelho, anunciou o agravamento dos descontos para a Segurança Social, o país não parou de discutir esta medida. No entanto, a austeridade para 2013 vai além da discussão sobre a solução encontrada pelo Governo para resolver o problema criado pelo chumbo do Tribunal Constitucional (TC) à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal aos funcionários públicos e pensionistas.

"Para atingir o objectivo para o défice em 2013, é necessário um esforço de consolidação orçamental da ordem dos 4,9 mil milhões de euros relativamente a 2012", disse o ministro das Finanças, na conferência de imprensa de apresentação dos resultados da quinta avaliação da 'troika' ao memorando de entendimento, a 11 de Setembro. Nestes 4,9 mil milhões estão incluídos os dois mil milhões de euros correspondentes ao 'buraco' criado pelo TC. Foi por isso que, no seu discurso, Vítor Gaspar começou por referir exactamente a questão do TC quando



"Ainda vão aparecer mais medidas", diz João Cerejeira, acrescentando que "é de esperar que no próximo ano haja um novo desvio" nas previsões.



"Se avançarem com ainda mais austeridade, o país morre", alerta João Duque.

MEDIDAS ANUNCIADAS

- Corte entre 3,5% e 10% nas pensões acima de 1.500 euros.
- Aplicação de novas regras relativas à atribuição no subsídio de desemprego.
- Agravar a tributação do capital e dos imóveis de elevado valor.
- Reduzir "de forma significativa o número de escalões" de IRS.

falou do que se iria passar em 2013, explicou o gabinete de imprensa do Ministério das Finanças ao Diário Económico.

Nessa altura, o ministro das Finanças adiantou também que da proposta de Orçamento do Estado para 2013 fará parte um conjunto de outras medidas. Gaspar anunciou, então, do lado da despesa, um corte entre 3,5% e 10% nas pensões acima de 1.500 euros, a aplicação de novas regras relativas à atribuição no subsídio de desemprego e a redução "significativa" da despesa nas áreas da Saúde e da Educação, a redução do investimento das empresas públicas, entre outras medidas.

Do lado da receita, Vítor Gaspar avançou com a intenção de agravar a tributação do capital e dos imóveis de elevado valor, bem como reduzir "de forma significativa o número de escalões" de IRS (ver pág.4). No entanto, o que no início era uma simplificação do sistema fiscal, deverá servir agora para arrecadar mais receita, como forma de substituir a medida de agravamento da Taxa Social Única (TSU), que o Governo deixou cair devido à onda de contestação. Resta agora saber se além

destas medidas, já anunciadas, haverá ainda mais austeridade ou se as mexidas nos escalões do IRS serão amplificadas por forma a garantir os objectivos.

Os economistas ouvidos pelo Diário Económico não têm dúvidas sobre os riscos de virem a ser precisas mais medidas de austeridade. "Ainda vão aparecer mais medidas", diz o professor da Universidade do Minho, João Cerejeira, acrescentando que "é de esperar que no próximo ano haja um novo desvio" nas previsões. Cerejeira referia-se às diferenças entre as previsões do Governo com as despesas com subsídio de desemprego (2,7%) e a execução até Agosto (22,9%).

Também João Duque, professor do ISEG, refere os riscos dos "modelos" utilizados pelo Governo, que para este ano previam um crescimento de 11,1% nas receitas de IVA, quando esta cobrança está a cair 2,2%. "Se avançarem com ainda mais austeridade, o país morre", conclui.

A preocupação em torno das previsões feitas pelo ministro das Finanças é também partilhada pelo CDS. O deputado Adolfo Mesquita Nunes defen-

deu, citado pelo DN, que "o Governo deverá ter em conta o comportamento da parte fiscal no próximo Orçamento, para que possa ter no próximo ano previsões que estejam mais perto do comportamento fiscal dos portugueses".

E porquê tanto esforço de consolidação num ano? É preciso encontrar medidas para substituir as receitas extraordinárias que o Governo vai usar este ano para garantir um défice de 5% do PIB - e que, numa versão conservadora, vale 1.700 milhões de euros, ou seja, um ponto percentual do PIB.

Vítor Gaspar tem ainda de compensar o agravamento da recessão face ao que estava previsto - a economia vai cair 1% em vez de crescer 0,6%, o que pode valer, no mínimo, 1.700 milhões. Além disso, é necessário baixar o défice dos 5% para os 4,5%, o que vale pouco mais que 800 milhões de euros. A equipa de Gaspar tinha desenhado a consolidação para 2013 contando ainda com 500 milhões de euros resultantes do aumento dos descontos de trabalhadores e empresas para a Segurança Social, cuja taxa passava de 34,75% para 36%. ■



Protestos alastram às polícias e ameaçam chegar aos militares

Sindicatos policiais decidiram juntar-se à manifestação da CGTP. Militares decidem hoje.

Márcia Galvão

marcia.galvao@economico.pt

O recuo do Governo no agravamento da Taxa Social Única (TSU) para os trabalhadores não foi suficiente para acalmar os ânimos e a contestação começa agora a alastrar-se a sectores que até aqui silenciosos. Ontem, foi a vez dos polícias anunciarem que se vão juntar à manifestação convocada pela CGTP para 29 de Setembro. E hoje, serão os militares a decidir se também descem as ruas de Lisboa em protesto contra os cortes que irão sofrer no Orçamento do Estado para 2013.

Além da adesão à manifestação, a polícia está também a planear greves para o sector, segundo avançou à Lusa o coordenador da comissão de sindicatos das Forças de Segurança. O facto de haver agentes das forças de segurança dos dois lados da barricada promete não ser problema, com Paulo Rodrigues a garantir que apesar da situação criar "algum constrangimento" entre os que se manifestam e os que estão de serviço, os polícias saberão "separar as coisas" e, "no limite, caso aconteça uma situação delicada", mesmo os que estiverem do lado do protesto "terão a obrigação de agir".

Greve geral está em cima da mesa e pode juntar CGTP e UGT. Polícias e militares vão também analisar formas de protesto.

Na reunião de sindicatos em que se decidiu que as forças de segurança se juntam ao protesto estiveram representados a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia Marítima, os Guardas Prisionais, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Entre as queixas das polícias destaca-se a redução de vencimentos e a não alteração dos estatutos profissionais ou não aplicação desses estatutos a todos os profissionais.

Hoje, é a vez da Associação Nacional de Sargentos e a Associação Nacional de Praças (ANP) reunir com o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas, Manuel Cracel, para que seja feito "um ponto de situação" e para "definir formas de protesto", como avançou ao Diário Económico Luís Reis, presidente da ANP. Em causa está a redução de pessoal efectivo dos quadros permanentes.

As medidas de austeridade não dão tréguas e os vários sectores da sociedade já deram mostras de que não vão ficar em casa. As últimas manifestações contra os cortes anunciados têm sido bastante participadas e os apelos dos subscritores do manifesto "Que se lixe a 'troika'! Queremos as nossas vidas", que convocaram, por exemplo, a vigília de sexta-feira em frente ao Palácio de Belém, prometem não desarmar. Ontem emitiram um apelo à participação na manifestação de sábado em que se lê uma clara censura aos efeitos práticos do Conselho de Estado: "revelou os mesmos defeitos de cegueira e surdez à voz do povo, característicos do Governo", acrescentando que foi "uma manobra de 'bluff' político".

Além dos protestos está a ser equacionada uma greve geral. O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, já admitiu em entrevista à Antena 1, que ela pode ocorrer antes da votação do Orçamento do Estado. Também a UGT disse na segunda-feira, já depois da reunião da concertação social, que mantém "em cima da mesa" o cenário de uma greve geral, mas a decisão depende do Orçamento do Estado para 2013. ■



As várias associações sindicais das forças policiais decidiram, na segunda-feira, juntar-se à manifestação da CGTP.

TRÊS PERGUNTAS A...



LOUREIRO DOS SANTOS

General

"Polícias não deviam alinhar em manifs de centrais sindicais"

O general Loureiro dos Santos acha que polícias e militares não se deviam juntar a manifestações de centrais sindicais.

Como é que vê esta decisão das polícias de se juntarem à

manifestação da CGTP e o facto de as associações militares também estarem a analisar formas de protesto?

Percebo que as associações militares e das forças policiais se manifestem. Mas deviam procurar não se confundir com um tipo de reivindicações que são dos partidos e das centrais sindicais, porque são corpos que têm certas obrigações, direitos e deveres que os diferenciam. É negativo que se pense que o líder da central sindical tenha capacidade para influenciar as manifestações das forças policiais. Não deviam alinhar nessas manifestações.

Estando polícias dos dois lados da manifestação, se houver problemas os que se manifestam irão ajudar?

Julgo que isso é materialmente possível, por aquilo que vi nas últimas manifestações e pela forma impecável como se comportaram. Não só houve a

firmeza, mas também a serenidade que devia haver. Mas deveria evitar-se essa situação.

E em relação aos cortes de efectivos nas Forças Armadas. Qual é a sua opinião?

Os chefes militares devem ter tido o cuidado de garantir que o produto operacional se mantém. As reduções foram efectuadas ao nível das estruturas não operacionais (comando, logística, instrução), o que é razoável. Mas é evidente que a redução de efectivos pode ter provocado efeitos negativos na progressão das carreiras, das expectativas que os vários quadros tinham relativamente ao seu futuro. E isso devia ser compensado. Recordo que, em 1992, houve convite para passar à reserva e quem o fizesse teria uma espécie de indemnização, que é o que se passa com as empresas. E penso que a insatisfação tem mais a ver com isto. **M.G.**



Banqueiros contra novo imposto sobre as transacções financeiras

Bolsa, banca, cotadas e investidores. Praticamente todo o mercado de capitais está contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, que está a ser preparado pelo Governo. — P4 A 10



“Rentabilidade dos bancos está sob forte pressão”

Reacção da APB, presidida por Faria de Oliveira



Ministros analisam hoje redução dos escalões do IRS

Vítor Gaspar está a preparar o Orçamento do Estado